

Folha Empresarial



Este suplemento integra a edição de 30 de Setembro do jornal "País" e não pode ser vendido separadamente

Presidente: Carlos Henriques | Directora Executiva: Carrie Davies



Networking, muitas vezes negligenciado, mas realmente essencial

Networking é uma palavra que, muitas vezes, vemos e usamos no negócio. Trata-se de um termo inglês que é, frequentemente, utilizado em português tanto falado como escrito. Mas o que é que essa palavra, realmente, significa?

Network (rede) é uma série de interligações, como se fosse uma teia de aranha, com o empresário no seu centro. O tamanho da

sua "teia" depende de como você, efectivamente, faz networking. Networking é um processo activo ao invés de ser passivo. Isso requer não apenas conhecer pessoas e a recolha de informações sobre elas, mas também, efectivamente, apresentarmos de uma forma que seja registada pelos outros. A rede não é apenas composta por pessoas que se conhecem, mas também por pessoas que estas conhecem. Trata-se de se fazer apresentando, recomendando e, em troca,

apresentar e recomendar.

Quando um novo membro se junta à ACIS, enviamos um e-mail para todos os outros membros a apresentar essa empresa. Os nossos *networkers* mais eficazes são aqueles que, em seguida, respondem àquele e-mail, apresentando-se à nova empresa membro. Assim eles adicionam a nova empresa à sua rede e esperam que possam ligar-se à rede da outra empresa.

Enquanto isso, encontramos empresas que dizem coisas como

DO PRESIDENTE DA ACIS

Evolução do ambiente de negócios e por que isso deve ser uma preocupação de todos

Comentários recentes do Presidente da CTA, Rogério Manuel, sobre a falta de progressos na reforma do ambiente de negócios, têm sido amplamente debatidos na imprensa nacional e têm sido objecto de muita discussão entre empresários. A ACIS saúda os comentários e, em breve, publicará um relatório que fundamenta ainda mais esses comentários e fornece evidências claras de que, em 18 anos, desde o primeiro CASP (Conferência Anual do Sector Privado), o nível de progresso na reforma do ambiente de negócios tem sido insuficiente para atender às necessidades de desenvolvimento de Moçambique.

Os nossos resultados indicam que, embora tenha havido alguma reforma em termos de legislação, a aplicação no terreno tem sido fraca, resultando em problemas contínuos para as empresas. Além disso, enquanto muitas políticas e estratégias têm sido publicadas, as mesmas não são transformadas em realidade e nem implementadas efectivamente.

Discussões sobre o ambiente de negócios são, muitas vezes, vistas como sendo entre o Governo e o sector privado e, muito esporadicamente, os sindicatos. No entanto, e na realidade, o estado do ambiente de negócios é uma questão que deve preocupar a todos.

Por "ambiente de negócios", geralmente, entende-se quão fácil ou difícil é para uma empresa operar. As estatísticas disponíveis mostram que, em Moçambique, é geralmente difícil para as pessoas fazerem negócios. Por que é que isso é relevante para todos? O negócio é o que impulsiona a economia e a existência de um sector privado próspero e isso significa um menor custo de vida, uma maior escolha para os consumidores e, sobretudo, mais oportunidades de emprego.

Enquanto as grandes empresas, geralmente, têm a capacidade de sobreviver num ambiente de negócios difícil, o mesmo não acontece com as pequenas empresas. No entanto, uma análise das economias bem-sucedidas a nível mundial mostra que estas dependem de Pequenas e Médias Empresas (PME) que operam no seu seio. São estas, as PME, que criam a maioria dos empregos. Empregos são essenciais para um país se desenvolver. Desemprego leva ao aumento da criminalidade e instabilidade, o que, por seu turno, afecta negativamente o ambiente de negócios. Quando as pessoas têm empregos, têm uma renda estável e podem investir no seu futuro.

Para que o nosso país atinja o seu potencial, precisamos de um ambiente que permite que as PME se desenvolvam e criem emprego. O ponto de vista da ACIS é que o ambiente de negócios e a criação de emprego devem estar colocados no centro de todas as decisões tomadas pelo Governo, em todos os aspectos da vida. Tomemos, por exemplo, a saúde e a educação - estas podem não parecer ter imediatamente nada a ver com o ambiente de negócios, mas uma população saudável e educada significa trabalhadores saudáveis e educados, potenciais colaboradores para as PME. Portanto, as decisões nesses sectores, assim como nos sectores tradicionais, como o comércio e a indústria, devem todas ser guiadas por uma política global que vise fazer crescer as empresas, de modo a que estas se desenvolvam e empreguem pessoas.

A OTM exigiu, recentemente, o desenvolvimento de uma política nacional de trabalho. Nós concordamos. Tal política deve orientar todas as decisões tomadas pelo Governo. O nosso foco orientador único deve ser o desenvolvimento dos negócios e, assim, o crescimento das oportunidades de emprego de qualidade. Nenhuma decisão grande ou pequena deve ser tomada sem, primeiro, pensar em como é que ela vai ajudar as empresas a crescer e, assim, empregar mais pessoas. Estamos de acordo com a CTA e há necessidade de uma reforma urgente e profunda, uma mudança de paradigma no pensamento para o desenvolvimento de uma economia de sucesso, que oferece oportunidades a todos. Por esta razão, a reforma do ambiente de negócios não é apenas um problema para empresas e o Governo, é uma questão que deve preocupar a todos nós.

Carlos Henriques (Presidente da ACIS)

“eu não preciso de rede, eu conheço toda a gente que preciso de conhecer”, ou “eu não preciso de conhecer novas empresas, eu não compro nada”.

Vamos analisar essas declarações. Em primeiro lugar, não estou de acordo que seja possível conhecer todo o mundo que se precisa conhecer! É impossível saber o que o futuro nos reserva e quando é que um novo contacto será útil para o apresentar a um comprador ou fornecedor, ou recomendá-lo a outra pessoa. Além disso, muitas empresas mudam a sua oferta de produtos e, por isso, a pessoa que acha que conhece pode, de facto, estar agora a oferecer algo novo e de que você precisa, ou podem estar dispostos a mudar a oferta de produtos para responder a uma necessidade que você tenha.

Em segundo lugar, quase todas as empresas compram alguma coisa. É justo dizer que há certas empresas grandes que não vendem nada que possa ser relevante para a maioria das empresas, por exemplo, nós

nunca vamos comprar carvão à Rio Tinto! No entanto, todo o mundo compra alguma coisa. Ainda que a sua empresa seja micro, é muito provável que compre papel, peças de computador, telefones, café, materiais de limpeza e assim por diante.

Como qualquer bom vendedor iria dizer-lhe, uma venda é uma venda, e até mesmo uma ou duas resmas de papel por mês é uma venda para alguém. E é sempre bom conhecer novos fornecedores, buscando o melhor preço, e aprender sobre novos produtos ou serviços cuja existência desconhece.

Para muitas pessoas, é necessário mudar a sua visão de *networking*. Cada contacto com outras pessoas deve ser visto como uma oportunidade de *networking*. A ACIS está a preparar o seu maior evento anual - o BusinessLink. Este ano, BusinessLink combina uma exposição com uma conferência. Contudo, o principal objectivo é *networking*. Estamos a experimentar a

ideia de colocar 500 empresários seniores no mesmo lugar durante um dia inteiro, o que lhes vai dar a oportunidade para interagir. Isso poderá incluir falar com a pessoa que se sentar ao seu lado, visitar as estantes na exposição, fazer perguntas aos oradores convidados ou sentar-se com novas pessoas ao almoço e partilhar uma cerveja com elas, no cocktail que terá lugar no final do dia.

Durante este processo, esperamos que os participantes façam muitos contactos úteis como foi demonstrado nos eventos anteriores, que se tornaram oportunidades de negócio no dia do evento. No entanto, em muitos casos, as oportunidades vão demorar mais tempo a amadurecer, exigindo reuniões de acompanhamento e contacto contínuo.

As oportunidades podem vir de uma direcção diferente, de alguém que vai conhecer com alguém que vai conhecer nesse dia, ou mesmo que a sua empresa

já conhece, mas que você nunca conheceu. No final do dia, as empresas que vão tirar o máximo do evento serão as que não irão apenas colocar os cartões-de-visita e listas de contactos dos delegados na gaveta, mas que fizerem um esforço consciente para continuar os contactos com as pessoas que encontraram, trazendo-as, assim, para o meio da sua “teia”.

Enquanto alguns gestores de empresas vão dizer que não têm tempo para passar um dia fora do escritório para *networking*, diríamos que, longe de ser um desperdício de tempo, um dia passado a interagir com outros empresários é um dia cheio de novas ideias, de potenciais oportunidades de negócios e um investimento no desenvolvimento de seus negócios. BusinessLink terá lugar no dia 17 de Outubro, em Maputo. E, pedimos-lhe que reconsidere a sua visão de *networking* e participe num dia cheio de oportunidades. Para se registar, contacte a ACIS através de acis@acismoz.com (ACIS).

Legislação Recente

Eis a legislação mais recente aprovada pelo poder público, nomeadamente, aquela que é considerada do interesse dos actores do sector privado em Moçambique.

Lei n.º 14/2013 de 12 de Agosto de 2013

--> Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e que revoga a Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro.

Decreto n.º 40/2013 de 21 de Agosto de 2013

--> Aprova o Regulamento da Lei n.º 6/2011, de 11 de Janeiro, Lei sobre Substâncias Explosivas.

Resolução n.º 45/2013 de 23 de Agosto de 2013

--> Autoriza o ministro do Turismo a proceder à negociação e ajuste directo das Coutadas Oficiais de Lureco, nos distritos de Marrupa e de Majune, de Messalo, no distrito de Marrupa, de Nungo, nos distritos de Marrupa e de Nipepe, todas na província do Niassa.

Decreto n.º 41/2013 de 23 de Agosto de 2013

--> Cria a Coutada Oficial de Messalo, destinada à actividade de caça desportiva, localizada no distrito de Marrupa, província do Niassa.

Decreto n.º 42/2013 de 23 de Agosto de 2013

--> Cria a Coutada Oficial de Nungo, destinada à actividade de caça desportiva, localizada nos distritos de Marrupa e de Nipepe, província do Niassa.

Decreto n.º 43/2013 de 23 de Agosto de 2013

--> Cria a Coutada Oficial de Mulela, destinada à actividade de caça desportiva, localizada na Zona Tampão da Reserva Nacional de Gilé, província da Zambézia.

Decreto n.º 44/2013 de 23 de Agosto de 2013

--> Cria a Coutada Oficial de Lureco, destinada à actividade de caça desportiva, localizada nos distritos de Marrupa e de Majune, província do Niassa.

Para os seus membros, através da rede de comunicação interna, ACIS fornece um breve resumo, também em Inglês, do título de cada item da legislação mencionada. Note também que esta não é uma lista completa de toda a legislação recentemente publicada. Só listamos aquela que consideramos ser relevante para os empresários. Para adquirir uma cópia de qualquer lei aqui listada, por favor, contacte a Pandora Box, mandando um correio electrónico para carina@panbox.co.mz

Quem Somos

Na primeira edição da Folha Empresarial, fizemos uma breve apresentação sobre a ACIS, mas vale a pena fornecer um pouco mais de informação. ACIS foi criada em 2000 por um grupo de 10 empresas na província de Sofala. Estes membros fundadores identificaram a necessidade de trabalhar em conjunto para apresentar ao Governo as suas preocupações sobre o ambiente de negócios na província, com a crença de que, através da comunicação e de trabalho em conjunto, os problemas podiam ser resolvidos com rapidez.

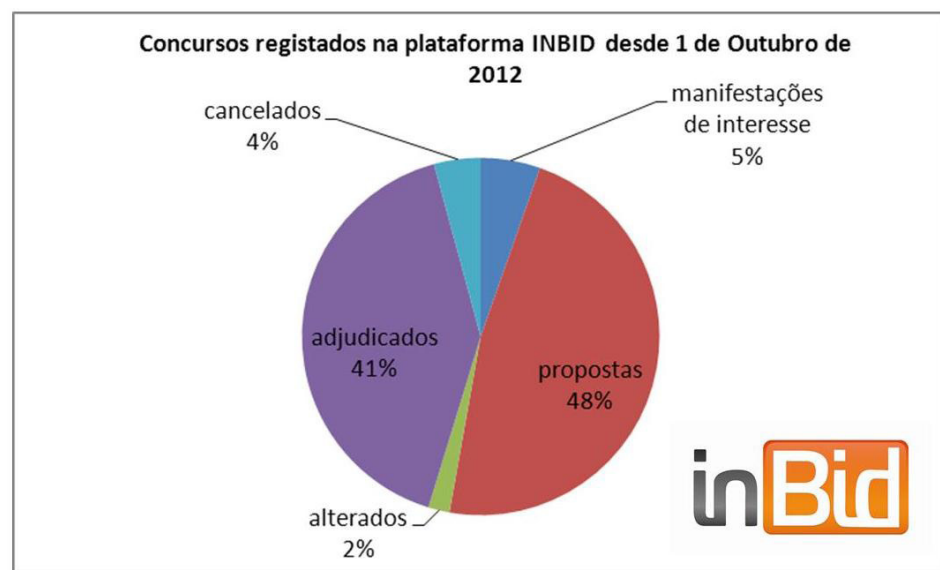
Na verdade, a promoção do diálogo e do trabalho produtivo foi mais difícil do que as empresas imaginavam. No entanto, elas perceberam que havia uma necessidade urgente de disponibilizar informações confiáveis para que as empresas pudessem operar dentro da lei, num ambiente

de negócios complexo, e começou a desenvolver produtos e serviços com este espírito em mente.

Nos anos seguintes, a demanda para a adesão à associação cresceu, mesmo de empresas de fora da província. Isso levou a que a ACIS se tornasse uma associação nacional, alterando o “S” no seu nome de “Sofala” para “Serviços”. A Associação continua sediada na cidade da Beira, acreditando que, uma vez que a maioria dos seus membros opera fora da capital, é importante que a visão das províncias seja ouvida. Os nossos serviços têm-se desenvolvido para incluir informações e apoio individual às empresas e potenciais investidores, oportunidades de *networking* e, claro, a defesa de um melhor ambiente de negócios e a criação de emprego, que continua a ser uma prioridade. Para saber mais sobre nós, visite www.acismoz.com

Dados sobre a plataforma online de procurement Inbid (I)

Publicámos, nas páginas desta edição, três gráficos com informação sobre os concursos registados na plataforma Inbid, incluindo as categorias de bens e serviços com mais anúncios e a localização dos concursos pelas províncias.



Carta ao Leitor

Porto da Beira, um gigante problemático II – mensagem ao novo ministro dos Transportes e Comunicações

Carrie Davies (Directora Executiva)
acis@acismoz.com

Como mencionámos na edição anterior da Folha Empresarial, o Porto da Beira está a enfrentar grandes problemas. Sendo uma organização com sede na Beira, assistimos a esses problemas diariamente e recebemos, regularmente, queixas dos nossos membros sobre os problemas mais candentes, tais como congestionamento, roubo e risco para todos os que actuam dentro e em redor do porto.

Os problemas são causados por, entre outras coisas, falta de segurança e ausência de controlo do acesso ao perímetro do porto. Esta situação é particularmente grave para o Terminal de Petróleo. Beira está no caminho de se tornar o maior depósito de armazenamento de petróleo na região. No entanto, os operadores no terminal petrolífero do Porto da Beira são regularmente afectados por níveis elevados de roubo, com as pessoas a entrar no recinto e a roubar combustível dos grandes tanques de armazenamento em baldes e outros recipientes. Através de imagens de câmaras de segurança, pode ver-se ladrões até a fumarem cigarros enquanto engajados nesta actividade perigosa. Ladrões entram no recinto do porto ora por terra, ora usando pequenos barcos pelo mar e, por vezes, subindo pelas laterais dos navios atracados, para roubar bens nas cabines da tripulação, ou cordas e outros materiais dos próprios navios.

Além disso, a falta de espaço definido para o estacionamento de camiões dentro do perímetro do porto, os gargalos criados pela localização do equipamento de inspecção não intrusiva (scanners) e os atrasos causados pelos procedimentos das alfândegas para desalfandegar resultam em longas filas de camiões fora do porto. Apesar do estado da estrada, onde os camiões fazem a fila e são vítimas de roubos, os operadores são obrigados a pagar mais que 6,300Mt por ano aos CFM pelo seu uso. Camiões estacionados constituem oportunidade para as pessoas roubarem pneus, baterias e outras peças, bem como a sua carga. Se os motoristas tentam impedir que isso aconteça, são ameaçados,

agredidos ou, quando retornam à cabine, dão conta de que os seus bens pessoais foram roubados. Além disso, os motoristas são obrigados a sentar-se, às vezes por dias, numa fila de espera para entrar no porto.

É difícil perceber como é que essa falta de controlo e o alto nível de risco podem continuar numa infra-estrutura que é crucial para o desenvolvimento do país.

No entanto, a segurança não é o único problema que afecta o Porto da Beira. Como é sabido, a Linha de Sena, que liga a cidade da Beira (província de Sofala) ao distrito de Moatize (província de Tete), é actualmente a única maneira de exportar carvão de Moçambique. Além disso, a linha é necessária para o transporte de outras cargas e passageiros. No entanto, o seu uso é regularmente problemático. O aumento da produção de carvão na bacia de Moatize e, portanto, mais investimentos para o país, é dependente do funcionamento do Porto e Corredor da Beira. Enquanto isso, não está disponível informação clara sobre quais são os planos do Governo para o transporte na região central. As ligações rodoviárias ao longo do Corredor estão em péssimo estado e, para quem conduz, fica sujeita a uma condução perigosa. Tanto a ligação ferroviária como o porto são inadequados para o nível de desenvolvimento que pode e deve ter lugar no centro do país.

Pedidos regulares pela ACIS para intervenção e fornecimento de informações das instituições do Estado e empresas estatais responsáveis pelo Porto e Corredor ficaram sem resposta. Todos, na região e também nos países do interior, estão à espera por um compromisso claro do Governo para definir os seus planos para Beira. Até isso acontecer, o investimento com base na utilização da infra-estrutura ainda é incerto e arriscado. Existe, no entanto, a esperança de que o novo ministro dos Transportes e Comunicações fará com que o Porto e Corredor da Beira funcionem como uma infra-estrutura segura e bem gerida, capaz de atender às demandas de desenvolvimento na região, tornando isso uma prioridade.



TCT
INDUSTRIAS FLORESTAIS LDA
dalmann
HARDWOOD FURNITURE MOZAMBIQUE

MOBILIÁROS COM CONSCIÊNCIA



RUA KIBIRITI DIWANE 135
(EX RUA FRANCISCO BARRETO 135)
SOMMERSCHIELD, MAPUTO, MOÇAMBIQUE.

Cell: +258 84 389 0611

Tel: + 258 21 494 097



WWW.DALMANN.COM



WWW.FACEBOOK.COM/TCTDALMANN

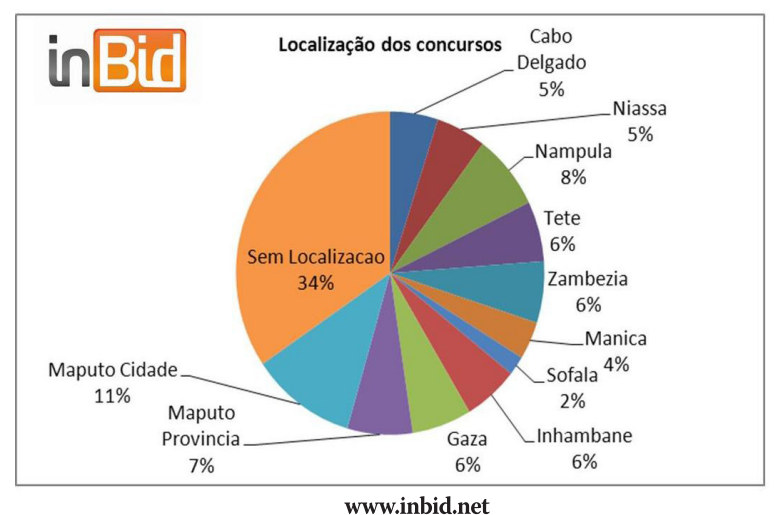
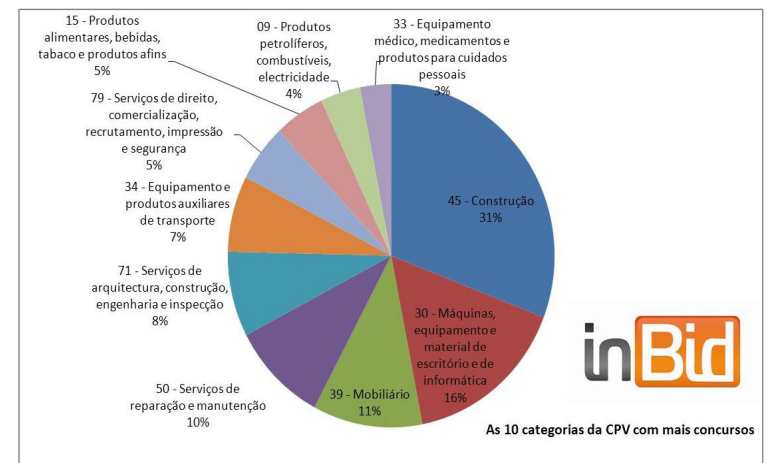
Governo altera regulamento de trânsito aduaneiro sem consulta

O Governo parece estar empenhado em fazer ouvidos de mercador aos apelos para que a sua actividade legislativa seja realizada seguindo o bom princípio da consulta às partes afectadas. Num momento em que os actores do sector privado consideram que a consulta é um princípio sagrado e um antídoto contra impactos negativos inesperados, o Governo acaba de alterar o Regulamento de Trânsito Aduaneiro. Conceptualmente, Trânsito Aduaneiro é um regime especial que permite o transporte de mercadoria, sob controlo aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de impostos. Ocorre quando há saída de um local alfandegado com destino a outro, no qual será processada a saída ou entrada da mercadoria do país. Não foi feita uma consulta alargada a todo o espectro do sector privado com interesse na matéria e isso tem sempre as suas consequências

negativas. O regulamento alterado em 2012 havia sido introduzido depois de um processo de preparação que incorporou algumas recomendações do sector privado. Por essa razão, na primeira versão do regulamento (Diploma Ministerial n.º 307/2012 de 15 de Novembro), as autoridades tinham enfrentado vários problemas, que chegavam à atenção também do público através deste e outros jornais. Devido a isso, foi necessário alterar o regulamento e publicá-lo de novo (Diploma Ministerial n.º 116/2013 de 8 de Agosto). Mas na nova versão, agora introduzida, não foi dada oportunidade a organizações, como a ACIS, para contribuírem, mesmo depois de termos solicitado expressamente. Ou seja, as autoridades competentes não incorporaram as recomendações razoáveis feitas pelas várias partes interessadas, incluindo a ACIS - em representação dos seus associados, na primeira legislação, e não aprenderam do erro da falta de consulta. Na produção de leis,

uma consulta alargada minimiza os problemas futuros na sua implementação. Por exemplo, o novo regulamento é aberto a interpretações diversas e o seu conteúdo é problemático, principalmente nos aspectos de controlo e contagem de números de dias, em termos de trânsito aduaneiro. A ausência de consulta tem sido a característica central da produção legislativa e regulamentar em Moçambique: ou ensaiam-se consultas onde se fazem ouvidos de mercador ou simplesmente são aprovadas leis e regulamentos sem uma análise aprofundada dos seus impactos negativos na economia, apesar das boas intenções. Este panorama só pode ser mudado se a sociedade civil e o sector privado organizado exigirem que se estabeleça, no país, uma legislação que obrigue a que haja consultas alargadas às partes interessadas, em particular, e a toda a sociedade, no geral. A ACIS tem, há 13 anos, vindo a lutar para que isso seja uma realidade a breve trecho.

Dados sobre a plataforma online de procurement Inbid (II)



OUTBOX I

Marcelo Mosse

Notas sobre procurement

Nos últimos anos, Moçambique deu alguns passos legislativos para se colocar como um país alinhado com as boas práticas de integridade internacional. As empresas e a sociedade civil sempre clamaram pela existência de boas leis para que o ambiente de negócios melhorasse e atraísse não só o tal almejado IDE, mas também o investimento das empresas que já operam cá dentro.

Esse alinhamento foi feito com um novo enquadramento penal anticorrupção e uma lei de procurement que se esperava pudesse resolver o espectro de manipulações que caracterizam os concursos públicos. Procurement é justamente uma das áreas em que o sector privado tem muito interesse, num país onde o Estado é um dos principais actores da economia (ainda).

Mas as coisas, com a nova lei, não mudaram substancialmente. A profusão de anúncios de concursos nos jornais parece mostrar uma nova realidade de transparência. A prática está, no entanto, recheada de espí-

nhos. Falando com dirigentes empresariais, recolhem-se depoimentos comuns cuja tônica dominante é uma profunda desilusão baseada na percepção, enraizada em fortes evidências, de que o processo decisório nos concursos públicos ainda não é assente no puro *value for money*, como mandariam as boas regras.

Empresas bem cotadas nas suas áreas de trabalho, com experiência comprovada, oferecendo nalgumas vezes preços justos, são preteridas por outras sem experiência, sem nome, sem recursos e que, muitas vezes, concorrem sem estarem qualificadas tecnicamente, indo depois subcontratar outras.

É uma realidade triste que não abona a transparência. O que ressalta no fim, para além do mau serviço prestado ao Estado, seria saber se o Estado já contabilizou os milhões de meticais resultantes da publicação de concursos, do anúncio das adjudicações e cancelamentos e os comparou com a sua pobreza. Não haverá outras formas de levar essa informação ao público empresarial?

Outro problema mais grave que isso acarreta é a procura de rendi-

A profusão de anúncios de concursos nos jornais parece mostrar uma nova realidade de transparência. Mas fortes evidências mostram que o processo decisório nos concursos públicos ainda não é assentes no puro *value for money*

mento através de venda de cadernos de concurso, que não estão facilmente disponíveis. Um dos argumentos por que a ACIS se juntou numa parceria que lançou recentemente uma plataforma online para concursos públicos, o INBID, é o de que estes cadernos devem estar livremente acessíveis online. Parece-nos de extrema importância um debate sobre estes aspectos.

Até aqui estivemos a falar daqueles negócios do Estado que ainda não caíram nos apetites dos decisores políticos de alto nível. Ou seja, as práticas de procurement que vão a concursos nos jornais são controladas por quadros médios do Estado que as tomaram como uma fonte de enriquecimento. Quando hoje falamos em Moçambique de uma classe média emergente - aliás uma das bandeiras do balanço da Governação de Armando Guebuza -, falamos também dessa franja de funcionários dos ministérios e empresas públicas que controlam o procurement.

Para o sector privado, até é bom que haja essa classe média. Mas as empresas precisam de operar em ambientes de negócios e de competição onde os árbitros são imunes ao

recebimento de comissões e outras benesses. Isso ainda não acontece apesar da famigerada lei de procurement, adoptada no pressuposto da transparência.

Mas há outras áreas de procurement que ainda não cairiam no escrutínio da sociedade civil. Por exemplo, os grandes negócios do Estado. Os grandes negócios sobre infra-estruturas são controlados por uma pequena elite e, neste aspecto, cada vez mais existe a necessidade de um envolvimento público cada mais aberto, através de debates com a sociedade civil e comunidade académica sobre as opções em cima da mesa.

Os riscos de manipulação de processos de procurement são extremamente altos para a economia nacional. Há muitos exemplos de processo de procurement que resultaram num mau negócio para o Estado. Tem-se dito que as leis não servem para nada se elas não são implementadas. Nós consideramos que boas leis são bons pontos de partida para uma moralização dos negócios. No nosso caso, essa implementação vai acontecer quando tivermos uma democracia efectiva, onde um dos ingredientes é a vontade política.

Retrato incompleto dos dilemas no Porto da Beira



Porto da Beira

A Beira tem sido um caso *sui generis* em Moçambique. Diz-se dela uma cidade onde sempre germinou uma certa rebeldia contra a macrocefalia da capital. Mas essa rebeldia não chega para torná-la mais dinâmica no contexto do desenvolvimento nacional. Isso, no entanto, não é culpa dos beirenses nem dos que lá residem e instalaram negócios. Isso é culpa da capital, onde reside o centro decisor.

Uma visita à Beira chega para captar as percepções de empresários e gestores, segundo as quais a cidade poderia evoluir mais se Maputo deixasse. Se Maputo deixasse, pois não é por falta de aviso que as coisas não acontecem. Aliás, já que falámos em rebeldia, a Beira sempre teve quem representasse a voz dos empresários locais. A ACB (Associação Comercial da Beira) é a mais velha associação empresarial em Moçambique e sempre levantou a sua voz na defesa dos interesses dos seus associados, assumindo esse carácter de rebeldia positiva.

Mais recentemente, fazendo jus a um coroa cada vez crescente de que os seus interesses e demandas não eram ouvidos em Maputo, nasceu a ACIS, que hoje já não representa apenas os interesses de Sofala mas de um espectro variado de actores.

E quem está na ACIS sente na pele os problemas do dia-a-dia da economia. Por exemplo, o Porto da Beira, e nomeadamente o seu Terminal de Petróleo, é exemplo desse caos operacional cuja solução não depende da Beira mas de quem está em Maputo. Na Carta ao Leitor desta edição da Folha Empresarial mostra-se pão pão, queijo queijo, como aquele terminal virou esse caos e não consegue acompanhar a demanda crescente pelo Porto por parte de importadores do Zimbabwe, Malawi, Zâmbia, RD Congo. O que se descreve na Carta é uma situação calamitosa que exige uma intervenção superior.

Um gestor do sector petrolífero com quem falámos na Beira reclama o actual cenário de congestão no Terminal. O desgoverno e o desleixo tomaram conta da infra-estrutura. Enquanto camiões tanques se esbarram nas estradas esburacadas à procura de um lugar de acesso ao abastecimento, populares pilham a bel-prazer, com direito a atear fogo para confecção de alimentos.

“O terminal não tem condições de parqueamento e a capacidade de manuseamento baixou terrivelmente”, confirma esse gestor.

O Terminal em causa é operado pelos CFM, uma empresa pública que se tem gabado de representar “uma nova linha”, sinónimo de evolução e modernidade. Essa evolução não se verifica ali. A infra-estrutura de estradas dentro do Porto esta uma lástima. Desde que os CFM foram criados nunca mereceu uma reabilitação de raiz. Com o crescimento da demanda, incluindo as operações das carvoeiras, enquanto não se conclui a nova linha Moatize/Nacala, o congestionamento aumenta devido aos atrasos nos carregamentos dos camiões, havendo alguns operadores que optam por usar igualmente outros portos.

É o caso de uma operadora gigantesca na área dos transportes, com cerca de 1000 camiões. “Os nossos camiões chegam a parar 3 dias no terminal, à espera da sua vez”, diz um gestor dessa empresa.

Um gestor estrangeiro que andou pelo mundo e se instalou cá numa empresa de transportes não pára de lamentar as oportunidades que Moçambique perde com a lentidão na efectivação de reformas. Encanta-lhe a geografia deste país, o facto de sermos porta de entrada para muitos países do hinterland, mas, para ele, Moçambique não está a tirar proveito disso. “É um problema de mentalidade.

Da mentalidade “herdada”, diz sem evasivas. Mas avisa: “A geografia não muda mas as opções mudam”.

Para ele, um aspecto que pesa nas decisões de um operador da sua área, que tem de fazer chegar suas encomendas a países como a RD Congo, é a previsibilidade. “O operador tem de trabalhar num ambiente de certeza. Quando um cliente nos faz uma encomenda, ele estabelece um calendário também em função das necessidades dos seus clientes”. Mas devido à infra-estrutura deficiente e má gestão, os operadores funcionam na incerteza. “Isso é grave”, remata ele, que lamenta os roubos que sofrem por regra e a situação geral de falta de segurança nas suas operações em Moçambique.

O retrato do Porto é apenas um exemplo de como as autoridades (seja Governo, seja empresas publicas e até mesmo o poder local) não têm ainda uma mentalidade *pró-business* necessária para que as coisas e o ambiente de negócios em Moçambique evoluam com menos espinhos. Nalguns casos, culpa-se a mentalidade de uma elite que fez do Estado um monstro que não se desmamou completamente dos pressupostos anti-sector privado. Noutro podemos falar em inacção, deixa-andar (como diria o outro). (MM).

Mercado de trabalho é o quarto mais bem pago da região

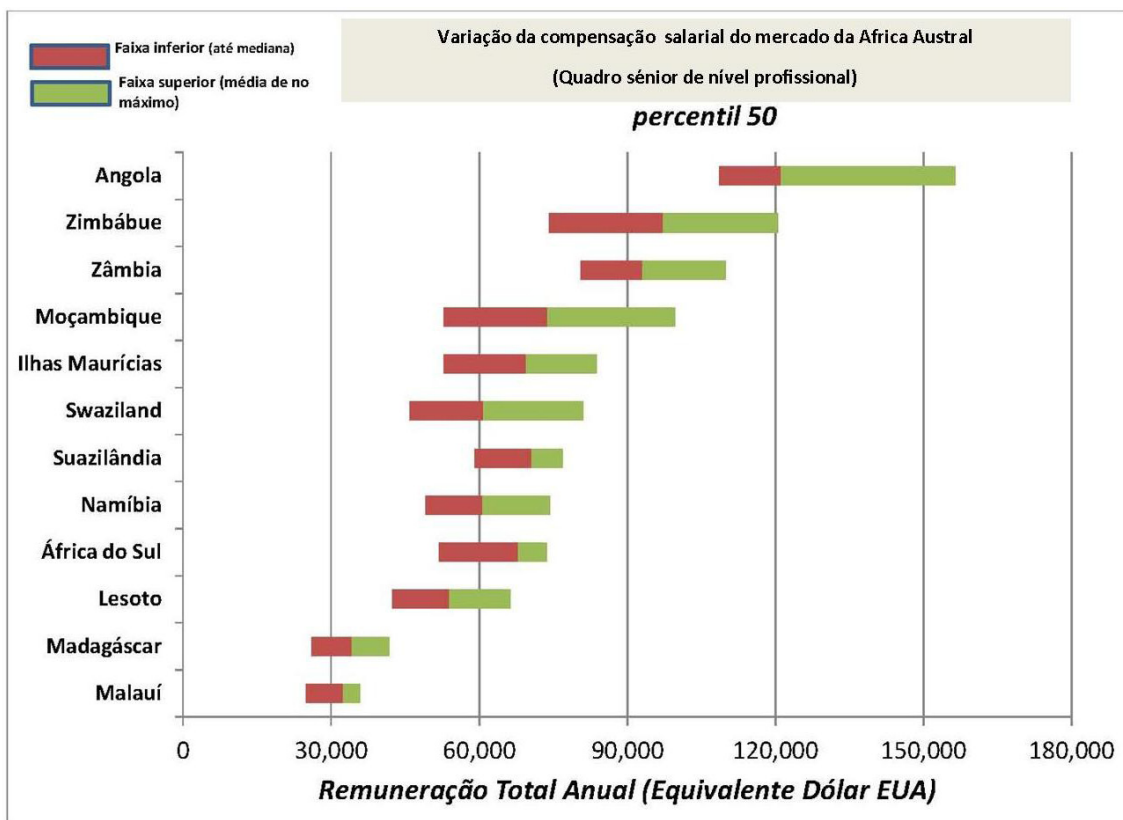
O mercado de trabalho em Moçambique é muito dinâmico e enfrenta actualmente uma pressão para manter o seu ritmo com o crescimento económico que o país está a experimentar, bem como a evolução em países vizinhos. Como ilustra o gráfico abaixo, Moçambique é o quarto mercado mais bem pago na África Austral, ficando apenas atrás de Angola, Zimbabwe e Zâmbia, de acordo com dados de uma pesquisa sobre compensação e benefícios realizada pelo Birches Group LLC (www.birchesgroup.com).

A referida pesquisa analisou o sector de emprego de profissionais definido como “quadro sénior de nível profissional” (Senior Working Level Professional) e comparou o pacote de compensação total em doze países da região. O quadro analisado é um profissional com cinco a oito anos de experiência, que realiza um trabalho de forma independente e com um alto grau de especialização na sua área.

A pesquisa concluiu que os mercados de trabalho estão sujeitos às forças de oferta e procura, e quando a procura por trabalhadores altamente qualificados aumenta sem um aumento correspondente da disponibilidade de quadros necessários, os níveis salariais movimentam mais enquanto as vagas se tornam mais difíceis de preencher.

Por outro lado, novos empregadores que entram no mercado também contribuem para essa pressão ascendente sobre os salários. Indústrias como a de mineração estão agora perante uma escassez tanto em Moçambique como noutros países mais avançados nessa área. A pesquisa também concluiu que empresas de alto nível gerem a compensação e benefícios de forma proactiva e dependem de dados do mercado de trabalho como uma fonte primária de inteligência sobre o que realmente está acontecendo no mercado.

A ACIS está a trabalhar em parceria com Birches Group em Moçambique para expandir a sua pesquisa, de modo a que cubra uma gama mais ampla de empresas. Membros da ACIS podem aproveitar os descontos especiais negociados com o Birches Group



birches group

ESTATÍSTICAS DE EMPREGO

Sectores de trabalho com maior demanda

* Últimos 12 meses



emprego

Visite www.emprego.co.mz

A ACIS está a trabalhar em parceria com Birches Group em Moçambique para expandir a sua pesquisa de modo a que cubra uma gama mais ampla de empresas. Membros da ACIS podem aproveitar os descontos especiais negociados com o Birches Group e obter os dados da pesquisa por um terço do custo normal

e obter os dados da pesquisa por um terço do custo normal. Todas as empresas são convidadas a conhecer os representantes do Birches Group no BusinessLink, e aprender mais sobre as pesquisas disponíveis, cobrindo Moçambique e todos os outros países de África, bem como um total de 148 países a nível mundial (ACIS).

Ficha Técnica



Propriedade e edição da ACIS
 // Presidente: Carlos Henriques //
Directora Executiva: Carrie Davies //
Lay out e distribuição: Jornal Pais //
Endereço: Associação de Comércio e Indústria (ACIS)
 \Avenida Poder Popular 264 // Caixa Postal 7// Tel: +258 23 325997 // Fax: +258 21 019527 // Beira

...EM CURSO...

Setembro foi um mês movimentado para nós, que estamos a realizar a nossa Assembleia Geral e eleições. Realizámos um evento de networking em Tete, em que mais de 150 empresários de todo o país tiveram a oportunidade de interagir. O evento deu a chance a 30 empresas para fazerem "Apresentações em 60 Segundos" sobre os seus negócios, como uma forma de facilitar o networking que se seguiu.

Além disso, estamos concluindo um estudo sobre a evolução do ambiente de negócios. Estamos trabalhando com nosso parceiro Building Markets a completar dois estudos nacionais, um sobre aquisições locais e outro sobre os serviços de desenvolvimento de negócios disponíveis localmente. Estamos contribuindo activamente para o processo de elaboração da legislação da participação pública para Moçambique, bem como comentar sobre os projectos de legislação sobre isenções na taxa de gásóleo e lei, criando o regulador de energia.

Estamos trabalhando também com o nosso parceiro estratégico MCLI (Maputo Corridor Logistic Initiative) e com as alfândegas e MCNet para concluir a tradução do novo Regulamento de Trânsito Aduaneiro. Infelizmente no processo de tradução do regulamento encontramos algumas anomalias e áreas que necessitam de esclarecimento. Se tivesse havido uma consulta alargada e transparente quando os regulamentos foram elaborados, aquelas poderiam ter sido evitadas, para além de que foi sempre nosso desejo ver a participação do público na legislação promulgada.

Além disso, estamos trabalhando com um parceiro estratégico, o Birches Group, para assegurar que o maior número possível de empresas participam numa pesquisa nacional de salários e benefícios, cuja edição estará disponível em Outubro. (ACIS)

ACIS ONLINE www.acismoz.com

No nosso site temos um calendário e um quadro de avisos. A publicidade em ambos os casos é completamente gratuita para qualquer indivíduo, empresa ou organização. Oferecemos uma grande oportunidade para mostrar produtos ou eventos.

Recebemos documentos em Word ou JPEG para o quadro de avisos (documentos devem ser menores que 1MB), e em Word para o calendário. Verifique regularmente tanto para encontrar informação útil como para saber mais sobre os eventos que ocorrem em Moçambique. O site recebe cerca de 5.000 visitas por mês, de pessoas que potencialmente poderiam ver o que a sua empresa anuncia. Enviar anúncios e informações sobre eventos para inclusão para acis@acismoz.com

Quadro Legal Relativo à Administração Pública – Um breve olhar sobre as inspecções de trabalho

A ACIS elaborou um manual gratuito sobre os direitos legais dos agentes económicos, cujo objectivo é dotar as empresas de conhecimentos que lhes permitam "equilibrar" as suas responsabilidades e os seus direitos legais, por forma a melhorar o ambiente de negócios em Moçambique. Intitulado "Quadro Legal Relativo à Administração Pública – Um guia sobre os direitos dos agentes económicos", o documento resulta do contributo colaborativo e particulares, como o Centro de Integridade Pública (CIP), a SAL & Caldeira Advogados, Limitada, e ainda a GIZ Pro-Econ (Ambiente Propício para o Desenvolvimento Económico Sustentável).

Tomando como ponto de partida o desconhecimento generalizado sobre os direitos das empresas perante a Administração Pública (AP) do Estado moçambicano, a ACIS quer dotar os investidores e agentes económicos de uma ferramenta que lhes permita o acesso a informações sobre aspectos legais que regem as inspecções laborais e outros aspectos cruciais das relações Estado/sector privado. Eis alguns aspectos desse manual, que consideramos fundamentais para o conhecimento do público. Nesta edição, concentramos as atenções nas inspecções do Ministério de Trabalho, nomeadamente trazendo dicas sobre o funcionamento das inspecções de Trabalho, de que muitas empresas têm sido alvo, olhando apenas para as medidas condenatórias aplicadas a este sector:

Base legal e âmbito:

A inspecção laboral tem o objectivo de melhorar as condições de trabalho, através da fiscalização e inspecção da conformidade da actuação dos empregadores com relação à legislação e aos regulamentos na área das relações laborais. A mesma é exercida pela Inspecção Geral do Trabalho. A Inspecção Geral do Trabalho ("IGT") é o serviço estatal, que actua no âmbito da autoridade pública e na directa dependência do Ministério do Trabalho, embora com autonomia administrativa, técnica e funcional, sendo responsável pelo controlo da legalidade laboral.

A IGT exerce a sua acção em todas as relações jurídicas de trabalho estabelecidas entre empregadores e trabalhadores nacionais e estrangeiros, que prestam a sua actividade em território nacio-

Os inspectores apenas têm poderes para aplicar multas pelo seu nível mínimo previsto na legislação laboral. Contudo, se o empregador reclamar, o superior hierárquico dos inspectores que reavalia o caso tem poderes para graduar a multa em quantitativo diferente, de acordo com as circunstâncias da infracção, podendo elevar ou reduzir o valor da mesma

nal. A sua acção é exercida em todo o território nacional e em todos os ramos de actividade sujeitos à sua fiscalização, excepto as relações de emprego com o Estado que atribuem ao trabalhador a qualidade de funcionário do Estado.

A actuação da IGT é regulada principalmente pelo Decreto n.º 45/2009, de 14 de Agosto, que aprova o Regulamento da Inspecção Geral do Trabalho. Este regulamento trata das atribuições da IGT, os princípios que orientam as suas actividades, a natureza da intervenção, os deveres e poderes dos inspectores, os procedimentos a serem seguidos para a notificação, o prazo de apresentação de contestações e recursos, incluindo o recurso hierárquico e contencioso, os efeitos destas contestações, en-

tre outras disposições relevantes discutidas adiante.

As medidas sancionatórias tomadas pela Inspecção do Trabalho devem ser proporcionais e adequadas às infracções verificadas. O empregador deve cumprir com as recomendações feitas pelos inspectores no prazo concedido para o efeito.

Os inspectores apenas têm poderes para aplicar multas pelo seu nível mínimo previsto na legislação laboral. Contudo, se o empregador reclamar, o superior hierárquico dos inspectores que reavalia o caso tem poderes para graduar a multa em quantitativo diferente, de acordo com as circunstâncias da infracção, podendo elevar ou reduzir o valor da mesma.

O pagamento das multas deve ser feito no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da notificação e, se a multa for por falta de entrega de quaisquer documentos ou por omissão de comunicações obrigatórias, os mesmos devem também ser entregues no decurso do mesmo prazo. A multa apenas se considera paga quando o empregador provar que estas obrigações foram também cumpridas dentro do prazo concedido. Regra geral, os prazos são contados em dias calendários contínuos, a não ser que a legislação sectorial determine de outra maneira. O Decreto n.º 45/2009 não estipula de outra maneira.

O incumprimento das medidas aplicadas e das recomendações feitas ao empregador no prazo concedido para o efeito implica a aplicação de uma nova multa, correspondente ao dobro do valor da multa inicialmente aplicada. Por sua vez, no caso em que tenham sido aplicadas multas, e se o empregador não tiver remetido os comprovativos do pagamento ou de depósito à Inspecção do Trabalho, o processo é remetido a juízo.

No caso de multas aplicadas devido a pagamentos devidos aos trabalhadores ou à segurança social, os pagamentos pendentes devem ser feitos numa conta indicada pela IGT e, no caso de pagamentos devidos aos trabalhadores, o empregador deve informar o trabalhador por escrito, para que o trabalhador possa, de seguida, contactar o Ministério do Trabalho para receber o valor que lhe for devido. (ACIS)

OUTBOX II

Maria Nita Dengo
(Gestora de Projectos – SPEED/USAID)

CONTEÚDO LOCAL: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A indústria extractiva está-se tornando cada vez mais importante para a economia moçambicana com a descoberta de novos recursos naturais. A sua importância vai para além do pagamento de impostos e royalties. A indústria extractiva tem um forte potencial para estimular oportunidades de desenvolvimento e desencadear a riqueza e prosperidade do país. Além das receitas fiscais directas, uma indústria extractiva bem integrada na economia nacional pode ser um grande catalisador do desenvolvimento do país e de empresas competitivas. O desafio é explorar efectivamente as vantagens que advêm da indústria extractiva para promover o desenvolvimento de longo prazo, sustentável e equitativo. Este não é um pequeno desafio! De facto está no cerne do chamado Conteúdo Local.

Para que a indústria extractiva se transforme num motor de desenvolvimento, sábias escolhas de políticas devem ser feitas sobre o Conteúdo Local. Moçambique está nessa encruzilhada! Dos investimentos crescentes na indústria de gás e carvão, é legítimo esperar-se uma transformação positiva da economia. Contudo, isto não acontece de forma automática. As escolhas e decisões de política e estratégias sobre o Conteúdo Local vão ser determinantes do destino da economia moçambicana nas próximas décadas. Será uma economia com um crescimento sustentável e um desenvolvimento inclusivo a longo prazo? Ou será uma economia enclave do gás e carvão com ligações insignificantes com a economia local, onde o crescimento económico não acontece em harmonia com o desenvolvimento e apenas um pequeno grupo enriquece num ambiente de pobreza geral?

Compreender as implicações da política e estratégias de promoção do Conteúdo Local é de fundamental importância. Os in-

vestimentos em curso e a acontecer num futuro próximo na indústria extractiva e infra-estrutura associada irão, sem dúvida, estimular o consumo e alargar a fronteira do mercado para as Pequenas e Médias Empresas (PME)

vestimentos em curso e a acontecer num futuro próximo na indústria extractiva e infra-estrutura associada irão, sem dúvida, estimular o consumo e alargar a fronteira do mercado para as Pequenas e Médias Empresas (PME) em Moçambique. Projecta-se que o impacto dos novos investimentos na indústria extractiva possa induzir o crescimento dos mercados de bens e serviços para

magnitudes da ordem dos 20 a 35 biliões de dólares dos EUA. Está Moçambique preparado para entrar neste mercado e beneficiar desta futura riqueza potencial? Como pode Moçambique melhor combinar as novas oportunidades provenientes da sua indústria extractiva com iniciativas que facilitem o crescimento dos negócios e promovam o desenvolvimento do emprego e do país?

Falhas de mercado e institucionais abundam em Moçambique, tais como: mercados não competitivos, assimetria de informação, fraca capacidade de absorção, etc. Estas imperfeições limitam a capacidade de se atingir um maior efeito multiplicador na economia derivado dos investimentos em indústrias extractivas e, conseqüentemente, desenvolver os mercados locais. Além disso, um ambiente de negócios desfavorável limita o empresariado local de se desenvolver para beneficiar das novas oportunidades com a competitividade necessária. Estes são enormes desafios, mas possíveis de superar.

A expansão da procura (derivada da indústria extractiva) por bens e serviços gerará inúmeras oportunidades para o desenvolvimento de um sector privado forte e competitivo. Para que isso aconteça, Moçambique precisa urgentemente de políticas e estratégias que vão nutrir um ambiente de negócios favorável, sobretudo para as PME. Uma política deliberada para a criação de um melhor clima de negócios, investimentos no desenvolvimento do capital humano, capacitação do sector empresarial local, bem como facilitar o acesso à informação da procura (de bens, serviços e trabalho) futura das indústrias de gás e carvão são elementos fundamentais para que Moçambique trilhe um caminho positivo e de sucesso com a emergente indústria extractiva. Sem isso, a capacidade de Moçambique para aceder em pleno e ter os benefícios potenciais da vasta riqueza da indústria do gás e carvão continuará a ser um sonho e seria a perda de oportunidade de se usar

incentivos/procuras que essa indústria produzirá.

Outra dimensão importante é a necessidade de gerir as expectativas. Os benefícios esperados da indústria extractiva advêm a médio - longo prazo. Infelizmente, a rápida expansão das indústrias extractivas em Moçambique está a ter lugar na ausência de políticas coerentes para alavancar a contribuição do Conteúdo Local no desenvolvimento, impulsionando a criação de valor acrescentado e emprego com um empresariado mais desenvolvido e competitivo. Moçambique tem pois oportunidade de preparar-se melhor para explorá-los e preparando uma política de Conteúdo Local para contribuir para a realização dessas expectativas.

A compreensão dos objectivos, estratégias de como melhor alavancar o potencial das indústrias extractivas para promover o desenvolvimento é crítica. De facto é um caminho com retorno. A sustentabilidade operacional da indústria extractiva também requer o desenvolvimento de um Conteúdo Local que contribua para melhorar o seu negócio e que facilite a “licença social” para a indústria extractiva operar no lugar geográfico (comunidade) onde está instalada. O sucesso do negócio da exploração do gás e carvão também depende da capacidade das empresas de estimular o desenvolvimento de talentos locais, incentivando a emergência de fornecedores locais competitivos e, conseqüentemente, criar benefícios socioeconómicos duradouros, particularmente nas áreas onde operam. Entender o potencial de desenvolvimento de Conteúdo Local está-se tornando num paradigma importante de desenvolvimento para o país! Temos, então, que não perder esta oportunidade.

O autor do relatório “Opções Políticas para Reforçar o Conteúdo Local Em Moçambique”, Zachary Kaplan, vai debater este assunto no BusinessLink 2013.

Os mais recentes membros da ACIS

• **Worley Parsons**

A Worley Parsons é uma fornecedora global líder em serviços para os sectores de recursos minerais & energia e indústrias de processos complexos. Seus serviços abrangem o espectro completo dos empreendimentos, tanto em tamanho como no ciclo de vida, desde a criação de novos activos até a serviços que dão suporte e melhoram os activos em operação. A Worley Parsons tem

indiscutivelmente a maior presença global entre os nossos pares, com 143 escritórios em 43 países.

• **MotivCentre**

Motivcenter é uma empresa motivacional que tem como objectivo ajudar as organizações a alcançar seus objectivos através da organização sistemática e motivação do talento humano. Também oferece os seguintes serviços: motivação

dos funcionários; Team Building; formação em liderança; gestão do tempo; formação para oradores; discursos; e motivação geral com que pessoas podem desencadear o seu potencial, realizando assim seus sonhos.

• **G&F Nut Co**

GF Nut Company Lda. é a holding de GF Macadamia Lda. e GF Cashew Lda., as entidades locais com

o objectivo de desenvolver actividades económicas sustentáveis em Moçambique. A principal actividade é a de adicionar valor no sector dos frutos secos (nozes), tanto a nível local e internacional. Começando na fonte, buscam desenvolver um modelo de negócio que integra a produção de culturas, a transformação em qualidade de exportação e a comercialização das mercadorias no mercado mundial.